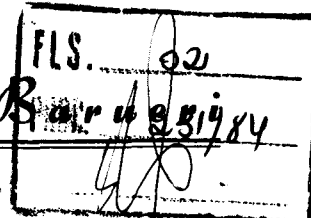




# Prefeitura Municipal de Barueri

Estado de São Paulo



Barueri, em 12 de abril de 1984.

MENSAGEM Nº 09/84.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de remeter a V.Exa., para a alta apreciação dessa Egrégia Câmara, o anexo projeto de lei que autoriza o Executivo Municipal a conceder à Associação Assistencial da Paróquia São João Batista de Barueri subvenção, no corrente exercício, de CR\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros).

Aludida subvenção, consoante expressamente consignado no projeto de lei, se destina a despesas com a construção, reconstrução e aquisição de equipamentos do prédio da entidade beneficiária.

Como recordam os Nobres Edis, no exercício de 1983, a Municipalidade de Barueri, devidamente autorizado - pelo Legislativo, concedeu, nos termos da Lei nº 438, de 15 de junho de 1983, auxílio financeiro à Associação em apreço, exatamente para os mesmos fins.

Referido auxílio se deveu aos danos sofridos pelo prédio da entidade, em decorrência das torrenciais chuvas ocorridas à época, colocando, assim, ao desabrigo as crianças por ela amparadas.

Ocorre, todavia, que a verba em apreço, em virtude de problemas surgidos no decorrer da reconstrução e reforma, foi inteiramente insuficiente, impossibilitando, assim, a conclusão dos serviços.

Considerando que a Associação Assistencial da Paróquia São João Batista, como é sabido, presta relevantes



# Prefeitura Municipal de

Estado de São Paulo

FLS. 03  
12/04/84  
FLS. 02.-

serviços no campo social, oferecendo abrigo, amparo e assistência - a crianças carentes, é dever do Poder Público, na medida das possibilidades, prestar sua colaboração, sobretudo porque as atividades por ela desenvolvidas não tem fins lucrativos.

Necessário, destarte, que o prédio que abriga as crianças seja, o quanto antes, colocado em condições de oferecer o mínimo de segurança e conforto aos internos.

Eis, portanto, as razões de ordem social que nos levam a propor o presente projeto de lei.

A medida é de caráter urgente, razão pela qual solicito se dê a ela o tratamento de urgência a que faz alusão o artigo 26, § 1º, da Lei Orgânica dos Municípios, a fim de que o anexo projeto tenha tramitação no prazo máximo de 40 (quarenta) dias.

Valho-me do ensejo para reiterar a V. Exa. e a seus Nobres Pares, os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

  
RUBENS FURLAN  
Prefeito Municipal

Exmo. Senhor

ANTONIO CARLOS DOS SANTOS

DD. Presidente da Câmara Municipal de  
BARUERI.

CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI  
Protocolo n° 538  
Livro n° 01 fls. 106  
Entrada em 12/04/84